

O ENSINO AGROTÉCNICO NO BRASIL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Roberto Marin VIESTEL [1]

RESUMO

Entre o final do século XIX e início do século XX o Estado Brasileiro agiu de maneira grosseiramente racional e instrumental em relação à mão de obra desejável para o país, entendendo que as forças produtivas podiam ser compreendidas como potencial crescente de poder técnico de manipulação. A ciência e a técnica eram a panaceia necessária para o progresso do país, sendo assim, a educação técnica/agrotécnica era a tábua rasa para qualificação profissional dos pobres, enquanto a educação propedêutica era reservada aos filhos das elites (hoje, apesar dos avanços em educação, este é ainda um “fantasma” que acompanha nosso ensino). O desenvolvimento social nos parece ser determinado pela lógica do progresso técnico-científico e a escola como signatária “natural” de tal discurso. Ontem, transição do século XIX para o século XX, o problema era o “branqueamento” e a “higienização” do país, hoje, é a lógica da “inclusão” social de grupos desfavorecidos (desvalidos), que se “preparam” para o mercado de trabalho ou para o “desemprego estrutural (ROMANELLI, 1982). Nessa lógica ciência-técnica-educação, os patronatos agrícolas – e, por extensão histórica, os institutos federais – tornam-se expressão da escola como aparelho ideológico do Estado, em uma relação formal de lógica concreta aplicada ao mundo social, revestida de moral salvacionista da nação e propaganda política de todos os governos, em uma palavra: do Estado!

Essa lógica da política educacional uniformizou o pensamento inaugurado pelo iluminismo e o mesmo cálculo que é feito para as relações de troca burguesa de mercadorias equalizaram a “justiça” (burguesa) que, por exemplo, utilizou

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: roberto.marin@ifs.ifsuldeminas.edu.br;

(utiliza) a escola (patronatos agrícolas e congêneres) para despolitizar a crítica e manter o poder e os privilégios de classe burguesa ou classe do capital (como seria a etapa atual do capitalismo). Um dos interesses da burguesia – representados no Estado - era de higienizar a sociedade do início do século XX, selecionando arbitrariamente pessoas para interná-las para o aprendizado “redentor”, técnico ou agrotécnico, a serviço do capital em primeiro lugar e, em seguida, da “boa sociedade” que acredita na ética do trabalho e “louva” a internação como meio de ascensão (sempre para o “outro”), esta é a gênese do ensino técnico/agrotécnico. Hoje, a seleção foi ampliada para o acesso à escola-fazenda das classes mais desprivilegiadas (sem nos esquecermos da classe média), fazendo com que a escola sirva, cada vez mais, como distribuidora financeira de políticas públicas, ao invés de centro de estudos qualificados e crítico. O ensino técnico (agrotécnico) continua preparando mão de obra para o mercado de trabalho e – comparado com a pesquisa no país – “inicia” a produção de investigação técnica e formação humana para o mundo, apesar de sua centenária existência.

INTRODUÇÃO

As condições de como historicamente se constituiu o ensino técnico agrícola no país, (transição século XIX / XX) levam-nos a entender que a materialidade da emergência de um campo da ciência, que é a ciência agrícola, por exemplo, acabou criando-se – intencionalmente ou não - para atender “chamadas” do capitalismo mundial e colocar o peso de todos os problemas sociais do país naquele que tem menos condições – se é que têm – de resolvê-lo: as classes pobres e miseráveis. Neste sentido, a relação de vendas de produtos agrícolas, insumos e tecnologia, além de outros, entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), no pós-segunda guerra mundial, foi estratégica para a implantação de um modelo capitalista para o ensino do campo e, conseqüentemente, para a ideologia que se pretendia produzir (MENDONÇA, 1998). A formação histórica da figura emblemática do agrônomo, por exemplo, se deu como formador das linhas de política pedagógica rural que o país deveria seguir, inclusive ditando regras via ministérios, associações agrícolas, etc e

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: roberto.marin@ifs.ifsuldeminas.edu.br;

colocou a formação do técnico agrícola como o executor desta política e mero executor de tarefas, reproduzidor do conhecimento elaborado. Nosso trabalho faz uma pequena gênese do ensino agrotécnico no Brasil, tendo os patronatos agrícolas e congêneres (BATISTA & MÜLLER, 2013), criados no início do século XX, como lugares de “adestramento” da sociedade de desclassificados e fruto do discurso técnico do pensamento agrícola nascente, notadamente agrônomos e veterinários.

Os Aprendizados Agrícolas foram criados pelo Decreto nº 8.319 / 1910 e os Patronatos Agrícolas pelo Decreto nº 12.893/ 1918, sendo subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Eles constituíam espaços destinados à assistência de pobres e desvalidos, com forte apelo moral e discurso técnico educacional, mas que no fundo objetivava a formação de trabalhadores braçais a partir de bases científicas para a agricultura; além disso, era a “solução” do problema dos desclassificados sociais, sobretudo dos centros urbanos. Entretanto, até que se formasse essa concepção “educacional” para a agricultura passou por várias fases até chegar a um entendimento, assim, a história dos futuros técnicos agrícolas formados nestas instituições é anterior ao início do século XX e perpassa pela formação de nosso povo ao longo das instituições educacionais agrícolas criadas pelos homens de poder.

No geral, no universo popular, o “ensino profissional”, “ensino técnico”, “ensino agrotécnico”, “uma profissão”, “aprender um ofício para ser alguém na vida” – como se referem os antigos, como meus pais, meus avós – ainda são termos empregados que causam certa confusão do que seja o “ensino profissional”, porém, uma coisa é certa: o “ensino profissional” – desde sua gênese – sempre esteve ligado ao mundo do trabalho e às classes menos favorecidas, sendo entendido como redentor ocupacional e criador de “oportunidades” de ascensão social.

ENSINO AGRÍCOLA

A “gênese” do ensino agrícola está no Brasil Colônia, com os jesuítas.
Sônia Maria Fonseca no capítulo intitulado “O ‘Ensino Profissional’ no Brasil

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: roberto.marin@ifs.ifsuldeminas.edu.br;

Colônia – A propósito de três planos de estudos de ensino – Nóbrega, Pombal e Lebreton”, no livro “A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI”, organizados por Eraldo Leme Batista e Meire Terezinha Müller (FONSECA, In: BATISTA & MÜLLER, 2013, pg.17), aponta a evangelização do padre Manuel da Nóbrega quando, pela primeira vez, criou o Plano de Estudos como a primeira forma organizativa do ensino profissional e agrícola. Nóbrega apresenta, pela primeira vez, o *Aprendizado Profissional e Agrícola*, cujo objetivo era o de promover a evangelização católica e, ao mesmo tempo, ajudar a solucionar a escassez de trabalhadores para a metrópole. O sistema jesuíta era funcional, pois – na ânsia de catequizar e dominar – organizaram a primeira mão de obra técnica, profissional, agrícola, da história do Brasil: pessoas desvalidas e sem consideração social na época (leia-se: “índios”), com um ensino prático de “segunda categoria”, mas que fosse útil para quem o organiza; os brancos, ricos, ficariam como ensino intelectual, propedêutico e enciclopédico. Por muito tempo a educação da colônia se estabeleceu pelo parâmetro da educação intelectual e educação braçal, não sendo exagero concluir que este traço ficou incutido na cultura brasileira. A ideia de que trabalho intelectual é para a elite e trabalho manual para pobres, como herança de uma época que está, por exemplo, presente no ensino do técnico agrícola do país, vem desde os primórdios da nossa colonização; a questão é tão grave que Jussara Gallindo, em “Formação para o trabalho e profissionalização no Brasil – da assistência à educação formal”, (GALLINDO, In: BATISTA & MÜLLER, 2013), aponta que os homens livres - brancos – recusavam-se a realizar as tarefas dos negros, por ser de “*menor valor*”, nem que para isso tivessem de passar fome. Esse “marco” do ensino agrícola jesuítico nasceu cumprindo uma função que o acompanharia pelos próximos quinhentos anos: atender às necessidades do trabalho e ser funcional em consonância com os objetivos de quem o organiza, seja a Igreja Católica, o Estado, os Empresários, seja qualquer agente que pretenda alienar o ensino e manter o “status quo” dos ricos, dos dominadores, do sistema capitalista e suas fases.

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: roberto.marin@ifs.ifsuldeminas.edu.br;

A professora Maria Glória de Rosa, em “História do ensino agrícola no Brasil República” (ROSA, 1980, pg.16), indica a primeira iniciativa de criação do ensino agrícola no país, ainda que no nível superior (entendido aqui como precursor do que viria a ser o ensino agrotécnico) partindo do Rei D. João VI, em 1812, através de uma carta régia encaminhada ao Governador da Capitania da Bahia, o Conde de Arcos. A colônia de Portugal precisava ganhar competitividade em relação às outras colônias, sendo assim, o ensino agrícola era mais uma estratégia adotada para tentar melhorar a competitividade. Para Vera Lúcia Martiniak, em sua tese de doutorado “Processo Histórico de Institucionalização das Primeiras Escolas Agrícolas nos Campos Gerais, PR” (Unicamp, 2011), em consonância com a professora Maria Glória de Rosa, as primeiras iniciativas oficiais do estado na organização do ensino agrícola partem da chegada da família real ao Brasil (1808), ou seja, a ideia educacional era adequar o Brasil Colônia às necessidades de toda corte portuguesa e, conseqüentemente, do mercado português. Importante ressaltar que com a chegada da família real portuguesa, acompanhada entre 10.000 e 15.000 mil patrícios na travessia do Atlântico (GOMES, 2009, pg.65), carregou a necessidade de várias reformas para atender a demanda, principalmente, no que diz respeito à nobreza. Sendo assim, o ensino, estratégico neste processo, levou a obrigação de criar cursos superiores, sendo as faculdades de medicina e direito como os primeiros a serem beneficiadas. Posteriormente, em 1812, há a indicação para o curso de agricultura na Bahia, porém, este somente se efetivou em 1859, com a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura.

Atender os miseráveis, antes de tudo, era prevenir-se de um problema social que poderia prejudicar a ordem estabelecida. Assim, por exemplo, “importando” o modelo português, são criadas as casas de misericórdia que atendem no Brasil Colônia desde Anchieta: “No século XVI foram fundadas as Misericórdias de Olinda, Santos, Bahia e São Paulo, dentre outras. No Rio de Janeiro, a Santa Casa teria sido fundada por volta de 1582 por Anchieta (...). Assim como era a prática em Portugal, as primeiras iniciativas assistenciais em relação ao recém-nascido no Brasil se deram instalando-se Rodas dos Expostos

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: roberto.marin@ifs.ifsuldeminas.edu.br;

nos hospitais das Misericórdias ou em prédios anexos. No século XVIII, três foram as Rodas criadas no Brasil: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789), sendo as demais criadas no século XIX” (ARANTES, 2010, pg.06). Além do potencial de vantagens econômicas trazidas por este modelo de assistência, onde, acreditamos, surja a ideia universalmente aceita de que crianças abandonadas constituem um público perfeito para receber educação para o trabalho, cria-se um complemento de mão de obra com valores sociais que ligam os “expostos” aos “novos donos”, como se fosse uma bondade de reconhecimento, como aponta Maria Luiza Marcílio, em “História Social da Criança Abandonada” (MARCÍLIO, 1998): “criar um exposto (criança, grifo nosso) poderia trazer vantagens econômicas; apenas com o ônus da criação – que em alguns casos recebia ajuda pecuniária da Câmara local (Câmara de Salvador – apontamento nosso) ou da Roda dos Expostos – o ‘criador’ ou a ama-de-leite teriam mão-de-obra suplementar, e gratuita, mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e reconhecimento” (MARCÍLIO, 1998, pg.137). Ainda segundo Marcílio, em outro trabalho, “A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil” (MARCÍLIO, In: FREITAS, 1997), em meados do século XIX ideias liberais, iluministas, que agitavam o positivismo nascente no Brasil e a base da medicina higienista da “ordem e progresso”, deram a tônica de um caráter filantrópico utilitarista, onde acabava levando muitos dos jovens a se tornarem verdadeiros escravos de famílias que os adotavam (um traço de escravidão presente), quando não eram abandonados à própria sorte, como aponta Gallindo (GALLINDO, In: BATISTA & MÜLLER, 2013, pg.44).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. **Arquivo e Memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 5(1), São João del Rei, janeiro/julho 2010.

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: roberto.marin@ifs.ifsuldeminas.edu.br;

BATISTA , Eraldo Leme & MÜLLER, Meire Terezinha Müller. **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINIAK, Vera Lúcia. **Processo histórico da institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais, PR.** Tese de doutorado. Unicamp, Campinas, SP, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888 – 1931).** São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1982.

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, email: roberto.marin@ifs.ifsuldeminas.edu.br;